



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE PIRABAS
Assessoria Jurídica



PARECER JURÍDICO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N : 017/2018

OBJETO: CONTRATA O DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL IMPRESSO DESTINADOS A ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

RELATÓRIO

Submete-se a aprecia o o presente processo relativo ao procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial registrado sob o n  017/2018, cujo objeto   a contrata o de empresa especializada para contrata o de empresa especializada para fornecimento de material impresso destinados a atender a secretaria municipal de saúde, conforme especifica es do Termo de Referência – FLS. 02/07, atendendo ao disposto na Lei n  10.520/2002.

Consta no presente certame: solicita o de despesas da secret ria municipal de educa o; despacho do Setor de Compras anexando cota o de preços e mapa; despacho solicitando a dota o orçamentária disponível para atender a demanda; despacho do departamento de finanças informando a dota o orçamentária disponível para atender a demanda; termo de autoriza o; certificado do pregoeiro atestando a capacita o profissional e a respectiva portaria de designa o, Decreto n . 012/2017 que dispõe sobre a regulamenta o do sistema de registro de preço; autua o do processo licitatório e despacho de encaminhamento dos autos   assessoria jurídica para análise e parecer; minuta do edital e anexos.

Consta no processo minuta do instrumento convocatório, instruido de edital de licita o, especifica es do objeto, modelo de propostas de preços, modelo de credenciamento para a prática de atos concernentes ao certame e demais modelos de declara es, conforme legisla o pertinente.

Aquiesceu a autoridade do Poder Executivo Municipal acerca da deflagra o do procedimento licitatório.

Ficou estabelecido no edital o menor preço por item como critério de julgamento, atendendo ao que dispõe o art. 45 da Lei 8.666/93.

O presente processo consta o edital indicando as exigências constantes do art.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE PIRABAS
Assessoria Jurídica



40 da Lei 8.666/93 c/c art. 4º da Lei 10.520/2002, bem como a documentação que os interessados deverão apresentar para serem considerados habilitados.

Relatado o pleito passamos ao Parecer.

OBJETO DE ANÁLISE

Cumpra aclarar que a análise neste parecer se restringe a verificação dos requisitos formais para deflagração do processo administrativo licitatório bem como da apreciação da minuta de edital e seus anexos. Destaca-se que a análise será restrita aos pontos jurídicos, estando excluídos quaisquer aspectos técnicos, econômicos e/ou discricionários.

PARECER

O artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal determina que as obras, serviços, compras e alienações da Administração Pública serão precedidas de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, ressalvados os casos especificados na legislação.

A licitação configura procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa, caracterizando-se como ato administrativo formal, praticado pelo Gestor Público, devendo ser processado em estrita conformidade com os princípios estabelecidos na Constituição Federal na legislação infraconstitucional.

No que se refere a modalidade licitatória ora em análise, vale aclarar que a Lei 10.520/2002 dispõe que pregão é a modalidade de licitação destinada à aquisição de bens e serviços comuns, sendo estes considerados, para os fins e efeitos desta Lei, como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais (art. 1º, parágrafo único).

Verificando que o edital seguiu todas as cautelas recomendadas pela Lei 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93, como:

I – Definição do objeto de forma clara e

sucinta;



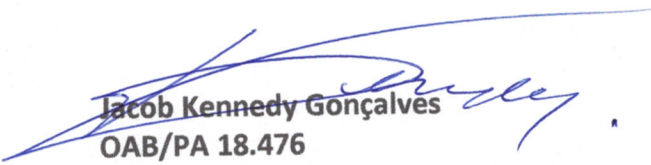
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE PIRABAS
Assessoria Jurídica



- II – Local a ser retirado o edital;
- III – Local, data e horário para abertura da sessão;
- IV – Condições para participação;
- V – Critérios para julgamento;
- VI – Condições de pagamento;
- VII – Prazo e condições para assinatura do contrato;
- VIII – Sanções para o caso de inadimplemento;
- IX – Especificações e peculiaridades da licitação.

Considerando que até então o procedimento não apresenta irregularidades que possam macular o certame e que a minuta do edital segue os preceitos legais que regem a matéria, opino pelo prosseguimento do processo licitatório em seus posteriores atos.

É o parecer, salvo melhor juízo.
São João de Pirabas-PA, 15 de maio de 2018.


Jacob Kennedy Gonçalves
OAB/PA 18.476